

Sexta-Feira, 30 de Outubro de 2026

Consultor do TCE-MT é preso em operação por receber R\$ 32,3 milhões em pagamentos suspeitos

Investigação da Polícia Federal aponta esquema de desvio de recursos públicos no Tribunal de Contas de Mato Grosso

Operação Tomada de Contas deflagrada nesta quinta-feira investiga suspeitas de irregularidades administrativas

A Polícia Federal deflagrou nesta quinta-feira (29) a Operação Tomada de Contas, que investiga um suposto esquema de desvio de recursos públicos no Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT). Principal alvo da operação, o consultor jurídico-geral da instituição, Grhegory Paiva Pires Moreira Maia, foi preso preventivamente por decisão do ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Conforme a documentação da decisão judicial, Grhegory teria acumulado recebimentos de R\$ 32.310.120,43 em menos de dez meses de 2025. Desse montante, R\$ 31.644.860,90 foram transferidos através de 179 ordens bancárias distintas, distribuídas em 12 contas bancárias mantidas por nove instituições financeiras diferentes, muitas delas funcionando simultaneamente.

Crescimento patrimonial desproporcionais

As investigações revelaram um aumento expressivo no patrimônio do consultor. Enquanto em janeiro de 2025 seus valores chegavam a R\$ 1,84 milhão, já em outubro o montante havia atingido R\$ 7,61 milhões. De acordo com os apontamentos da Polícia Federal, Grhegory configurava-se como o principal destinatário individual dos recursos investigados.

O ministro Og Fernandes ressaltou em sua decisão que o consultor ocupava posição estratégica no suposto esquema, transcendendo a categoria de simples beneficiário dos valores transferidos. As evidências analisadas incluem registros visuais do investigado participando de episódios de retirada e movimentação de dinheiro em espécie.

Em um dos registros gravados, o consultor aparece armazenando blocos de cédulas em uma mochila, após preparação do dinheiro realizada por servidora de instituição bancária.

Empresas utilizadas para movimentações financeiras

Investigadores identificaram movimentações financeiras envolvendo duas empresas ligadas ao consultor. A primeira delas, G.P.P.M.M. Participações e Empreendimentos Ltda., funciona como holding familiar sob administração da sogra de Grhegory, tendo sido anteriormente gerenciada pela esposa de Gustavo Fernandes da Silva, outro nome envolvido na operação. Conforme a documentação, a empresa recebeu repasses de recursos provenientes dos pagamentos ao consultor.

A segunda empresa, Maia Reining Horses Ltda., foi constituída por Grhegory em 22 de julho de 2025, atuando na criação de cavalos e comercialização de embriões e sêmen. Para os investigadores, a empresa poderia estar sendo utilizada para disfarçar patrimônio, principalmente porque seus produtos não dispõem de tabelas de preços públicos de referência.

Análise do magistrado aponta riscos de continuidade

O ministro Og Fernandes salientou que a movimentação através de múltiplas contas bancárias, combinada com a criação das empresas e sinais de ocultação patrimonial, configura risco de prosseguimento dos alegados delitos de lavagem de dinheiro.

Trajetória profissional e funções exercidas

Grhegory atua como procurador efetivo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso desde agosto de 2014, tendo sido cedido ao Tribunal de Contas em 2020. Em 2025, sua cessão foi renovada até 2028. O consultor também preside a Associação Nacional dos Procuradores e Advogados do Poder Legislativo (ANPAL).

Um aspecto particularmente relevante destacado pelo magistrado refere-se à atuação de Grhegory em processos no Supremo Tribunal Federal que discutiam exatamente o pagamento de verbas indenizatórias aos membros do TCE-MT. Apesar de responsável pela consultoria jurídica da instituição, foi apontado como principal destinatário dos pagamentos investigados.

Justificativa para a prisão preventiva

O ministro considerou que medidas cautelares alternativas seriam insuficientes para prevenir interferência na produção de provas, particularmente porque as investigações envolvem múltiplas pessoas. Og Fernandes ressaltou que Grhegory figurava como um dos principais articuladores jurídicos e financeiros do suposto esquema, tornando necessária sua prisão preventiva.

Dimensão da investigação

A Operação Tomada de Contas amplia seu escopo para investigar irregularidades em contratos administrativos e pagamentos realizados pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso. Entre os investigados estão o presidente da instituição, Sérgio Ricardo de Almeida, além de outros conselheiros e servidores.

Segundo relatórios da Polícia Federal, os pagamentos suspeitos eram realizados diretamente das contas do TCE-MT, frequentemente por ordens bancárias avulsas e canais usualmente destinados a fornecedores. Parte dos recursos teria sido posteriormente convertida em dinheiro vivo ou transferida entre contas bancárias em presumível tentativa de ocultar origem e destinação.

A análise bancária conduzida pela corporação identificou movimentações suspeitas totalizando R\$ 75,8 milhões entre janeiro e outubro de 2025.